



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024

### PROCESSO Nº 077/2024

#### PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Miradouro, com sede na Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 17.947.623/0001-79, por meio da Portaria 048/2023 de 19/12/2023, torna público que, na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, tornando público a abertura do Processo nº 077/2024, na modalidade Pregão Eletrônico nº 029/2024, tipo **MENOR PREÇO** regido pela Lei Federal nº 14.133/21 e das Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, Decreto Municipal nº 0968/2023 e demais normas legais aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Edital, sendo parte integrante os anexos deste, como se transcritos estivessem.

- a) O Edital prevê o procedimento a ser observado pelo licitante em caso de dúvida de caráter técnico ou legal na interpretação de seus termos. A apresentação da proposta presume pleno conhecimento, entendimento e aceitação de todas as condições por parte da licitante e nos termos da lei, implica na sua aceitação automática, integral e irretratável, motivo por que, após este ato, a Administração não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do Edital.
- b) Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Termo de Referência;

ANEXO III – Declaração Unificada

ANEXO IV – Modelo de proposta;

ANEXO V– Termo de Adesão – BNC

ANEXO VI – Custo pela utilização do sistema;

ANEXO VII – Minuta da ATA de Registro de Preço

ANEXO VIII – Minuta de Contrato

ANEXO IX- Documentos para Habilitação

ANEXO X - Modelo de declaração de inexistência de trabalho escravo e exploração de mão de obra infantil e adolescente.

- c) Área Solicitante:

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



# MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

**DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO ÀS 08:30 HORAS DO DIA 26/09/2024**

**FIM DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08:29 HORAS**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF).

**LOCAL:** Portal de Bolsa Nacional de Compras – BNC <https://bnc.org.br>

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO

**JULGAMENTO:** MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM

**APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta de preço, até a data e horário estabelecidos para início da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

## 1 - DO OBJETO

- 1.1 - Registro de Preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de gás de cozinha e água mineral. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

**EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME, EPP E MEI CONFORME DISPÕE**

**ART. 48 INC. I E III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, COM REDAÇÃO DADA PELA**

**LEI COMPLEMENTAR Nº147/2014 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.**

- 2 Poderão participar da presente licitação somente empresas que tenham sede municípios abrangidos pela Microrregião de Muriaé (segundo o IBGE), sendo eles: Antônio Prado de Minas, Barão de Monte Alto, Caiana, Carangola, Divino, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Miradouro, Mirai, Muriaé, Orizânia, Patrocínio do Muriaé, Pedra Dourada, Rosário da Limeira, São Francisco do Glória, São Sebastião da Vargem Alegre, Tombos e Vieiras.

- 2.1 Os anexos fazem parte deste edital, como se transcritos estivessem.

## 2 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, sendo vedada a participação dos interessados que se encontrarem sob falência decretada, regime de consórcio, concordatárias, empresas estrangeiras que não estejam regularmente estabelecidas no País, aqueles que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com a Administração Pública que promove o certame.

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

2.2 - Empresas que se encontrem em recuperação judicial poderão participar do certame desde que apresentem certidão emitida pela instância judicial que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, ou certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

**NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão em tela.**

2.2.1 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO não se responsabilizará por documentos endereçados via postal ou por outra forma, entregues em local diverso da Prefeitura Municipal de Miradouro, e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório.

2.2 - Aviso de abertura deste instrumento convocatório permanecerá afixada no quadro de avisos localizado na SEDE DA PREFEITURA e poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na Praça Santa Rita, nº 192, Centro, Miradouro – MG, no horário de 08:00 às 11:00 e de 12:30 às 15:30 horas, ao custo gratuito. Além, será disponibilizado todas as informações no site da Prefeitura Municipal de Miradouro < <https://miradouro.mg.gov.br/container/editais/licitacao/> > e < <https://bnc.org.br> >.

2.4 - As empresas que adquirirem o edital, se obrigam a acompanhar o andamento do certame no <https://miradouro.mg.gov.br/container/editais/licitacao/>, com vista a possíveis alterações e avisos.

### **3 - DA REPRESENTAÇÃO, CREDENCIAMENTO E ENQUADRAMENTO "ME" OU "EPP"**

3.1 - O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

#### **3.2 - CADASTRAMENTO:**

a) O cadastramento do licitante na Plataforma BNC deverá ser requerido, acompanhado do instrumento particular de mandato outorgando ao operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras (“Termo de Adesão” - ANEXO V);

O Termo de Adesão é de uso exclusivo da plataforma BNC, para fins de cadastramento.

b) Especificações do objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço. E, conforme o caso, de itens específicos mediante solicitação da Pregoeira no ícone ARQ. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”.

c) O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará à Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela bolsa nacional de compras e contrato pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

operacional da Bolsa Nacional de Compras, anexo VI.

3.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte, a deverá, quando do cadastramento da proposta inicial a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006 e alterações

#### **4 – DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME E CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**

4.1 - O certame será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio de no **mínimo 01 (um) integrante da equipe de apoio.**

4.2 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através de instrumento de mandato, operador devidamente credenciado, para representá-la junto ao portal da Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances e praticar os demais atos e operações no site: <https://bnc.org.br>

4.3 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.4 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.5 - A chave de identificação e a senha do operador poderá ser utilizada em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.6 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica à responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

#### **PARTICIPAÇÃO:**

4.8 - A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

**4.9 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da**

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.11 - Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.12 – Participação considerando os termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

4.13 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.13.1 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.13.2 - Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.13.3 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.13.4 - Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº 14.133, de 1993;

4.13.5 - Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.13.6 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.13.7 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (42) 3026.4550, ou através da Bolsa Nacional de Compras, pelo link <https://drive.google.com/file/d/1947VeSMtPW6RQrFC40le14w58udLCiJb/view?usp=sharing> ou pelo e-mail [contato@bnc.org.com.br](mailto:contato@bnc.org.com.br)

### 5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital (**preferencialmente assinado de forma eletrônica ou autenticada de forma digital**), proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

5.5 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, **ordem de classificação** entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá **após** a realização dos procedimentos de **negociação e julgamento da proposta**.

5.7 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.8 - Os documentos de habilitação são os constantes no item 9 – HABILITAÇÃO, deste edital.

### 6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 - O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.6 - O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BNC, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6.7 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.8 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### 7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.





## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

7.2 – A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

7.8 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 - O lance deverá ser ofertado por desconto.

7.10 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor/percentual superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, conforme [Decreto nº 10.024/2019](#), que normatiza:

*Art. 33. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 31, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.*

*§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.*

*§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.*

*§ 3º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.*

*§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.*



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, a Pregoeira poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

7.13 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 - No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**Em casos de licitação de ampla competição, a pregoeira adotará os seguintes critérios (subitens 7.18 ao 7.22):**

7.18 - Se houver itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações.

7.19 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.22 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado





## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.23 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.24 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no e será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.26 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.27 - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.28 - empresas brasileiras;

7.29 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.30 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.31 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.32 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.33 - A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.**

Leia-se o que dispõe a lei no DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 –

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

“Art. 38. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

... § 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no **mínimo, duas horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o **caput**.”

- Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final inferior ao preço/percentual mínimo orçado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser **reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 - A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

8.8 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9 - Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, a Pregoeira exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente as especificações técnicas do produto para que se faça diligência, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

8.10 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação da análise, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.11 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.12 - Se as especificações técnicas/laudos apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) especificações técnicas/laudos e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.13 - Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, a Pregoeira solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional.

8.14 - O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.15 - Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.16 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.17 - Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.18 - A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.19 - Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.20 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.21 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (se houver), sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

8.22 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

### 9 – DA HABILITAÇÃO

9.1 - A relação dos documentos para os licitantes encontram-se disponível no ANEXO IX

### 10 – DA PROPOSTA INICIAL

10.1 - A proposta do licitante deverá:

10.2 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.3 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.4 - A proposta será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.5 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.

10.6 - O LANCE deverá conter até 2 casas decimais.

10.7 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.8 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

### 11 – DOS RECURSOS

11.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, **será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 - Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3 - Esse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as **condições de admissibilidade do recurso**.

11.4 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

decadência desse direito.

11.5 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **três dias para apresentar as razões**, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrazões** também pelo sistema eletrônico, em outros **três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11.8 - Qualquer recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.

11.9 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.10 – Caberá a cada autoridade a decisão demandada de acordo com os recursos interpostos.**

### 12 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

12.2 - Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.3 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.4 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

### 13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

### CNPJ nº 17.947.623/0001-79

#### 14 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 - As despesas relativas às aquisições decorrentes desta licitação serão suportadas pela seguinte dotação:

- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	SALDO
3.3.90.30.00.2.07.00.20.122.0200.2.0124	1.500.000	R\$ 9.075,97

- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	SALDO
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0947.2.0262	1.621.000	R\$ 720.652,21
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0917.2.0211	2.621.000	R\$ 176.090,60
3.3.90.30.00.2.11.00.10.303.0923.2.0253	1.500.000	R\$ 168.495,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.122.0040.2.0094	1.600.000	R\$ 62.717,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.303.0923.2.0253	1.600.000	R\$ 50.000,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.302.0130.2.0148	1.500.000	R\$ 44.929,40
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0923.2.0214	1.659.002	R\$ 30.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0301.2.0145	1.500.000	R\$ 23.789,20
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0104.2.0100	1.500.000	R\$ 21.260,41
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0923.2.0214	1.600.000	R\$ 20.200,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.302.0130.2.0148	2.621.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0104.2.0100	1.600.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.303.0923.2.0253	1.621.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0108.2.0105	1.500.000	R\$ 18.209,15
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0947.2.0262	1.500.000	R\$ 16.800,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.122.0040.2.0094	1.500.000	R\$ 16.652,57
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.600.000	R\$ 16.500,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0950.2.0265	1.500.000	R\$ 15.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.659.002	R\$ 11.000,00





**MUNICÍPIO DE MIRADOURO**  
**CNPJ nº 17.947.623/0001-79**

3.3.90.30.00.2.11.01.10.303.0957.2.0272	1.500.000	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.303.0957.2.0272	1.621.000	R\$ 9.840,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.302.0130.2.0148	1.621.000	R\$ 6.721,12
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0917.2.0211	1.500.000	R\$ 6.349,50
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0959.2.0274	2.621.000	R\$ 6.289,26
3.3.90.30.00.2.11.01.10.122.0955.2.0270	1.621.000	R\$ 5.265,61
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0950.2.0265	1.621.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.302.0952.2.0267	1.621.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.302.0952.2.0267	1.500.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0949.2.0264	1.500.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0108.2.0105	1.600.000	R\$ 4.500,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.122.0040.2.0094	1.621.000	R\$ 4.213,44
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0954.2.0269	1.621.000	R\$ 4.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0956.2.0271	1.621.000	R\$ 4.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0103.2.0102	1.600.000	R\$ 3.928,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0959.2.0274	1.621.000	R\$ 3.286,17
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.621.000	R\$ 2.421,32
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0923.2.0214	1.500.000	R\$ 2.318,73
3.3.90.30.00.2.11.01.10.122.0955.2.0270	1.500.000	R\$ 2.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0301.2.0145	1.600.000	R\$ 2.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0953.2.0268	1.621.000	R\$ 1.377,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0040.1.0245	1.659.000	R\$ 1.100,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0949.2.0264	1.621.000	R\$ 1.040,10
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0953.2.0268	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0954.2.0269	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0288	1.621.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0959.2.0274	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0956.2.0271	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0965.2.0287	1.621.000	R\$ 500,00

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



**MUNICÍPIO DE MIRADOURO**  
**CNPJ nº 17.947.623/0001-79**

3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.500.000	R\$ 427,47
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0964.2.0286	1.621.000	R\$ 417,30
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0960.2.0275	1.500.000	R\$ 401,20
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0917.2.0211	1.621.000	R\$ 173,85
3.3.90.30.00.2.11.01.10.302.0946.2.0261	1.621.000	R\$ 144,60
3.3.90.30.00.2.11.01.10.304.0102.2.0104	1.600.000	R\$ 100,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0960.2.0275	1.621.000	R\$ 49,06
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0917.2.0211	2.500.000	R\$ 34,65
3.3.90.30.00.2.11.00.10.303.0923.2.0253	2.710.000	R\$ 0,34
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0947.2.0262	2.621.000	R\$ -

• **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	SALDO
3.3.90.30.00.2.08.00.08.244.0090.2.0133	1.660.000	R\$ 5.835,33
3.3.90.30.00.2.08.00.08.244.0090.2.0133	1.500.000	R\$ 1.744,90
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0904.2.0207	1.660.000	R\$ 24.338,20
3.3.90.30.00.2.14.00.08.241.0809.2.0119	1.500.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.241.0809.2.0119	1.660.000	R\$ 25.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.242.0907.2.0151	1.660.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.243.0805.2.0146	1.661.000	R\$ 8.316,91
3.3.90.30.00.2.14.00.08.243.0805.2.0146	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.243.0935.2.0235	1.500.000	R\$ 4.634,27
3.3.90.30.00.2.14.00.08.243.0936.2.0233	1.660.000	R\$ 1.326,50
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0122	1.661.000	R\$ 15.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0122	1.500.000	R\$ 5.580,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0134	1.660.000	R\$ 4.471,41
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0135	1.660.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0135	1.500.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0904.2.0207	1.660.000	R\$ 24.338,20

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

### CNPJ nº 17.947.623/0001-79

3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0911.2.0154	1.660.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0913.2.0208	1.660.000	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0913.2.0208	1.500.000	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0928.2.0224	1.660.000	R\$ 2.823,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0928.2.0224	1.500.000	R\$ 9.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0935.1.0232	1.500.000	R\$ 9.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.482.0090.2.0136	1.500.000	R\$ 13.799,40

#### • SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	SALDO
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0094.2.0037	1.550.000	R\$ 91.737,15
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0094.2.0037	1.500.000	R\$ 3.111,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0094.2.0037	1.570.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0094.2.0037	1.552.000	R\$ 35.856,59
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0101.2.0040	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0043	1.550.000	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0043	1.500.000	R\$ 2.791,18
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0043	1.569.000	R\$ 19.400,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0044	1.500.000	R\$ 60,11
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0045	1.551.000	R\$ 10.050,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0046	1.500.000	R\$ 100,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0257	1.500.000	R\$ 1.829,32
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.576.001	R\$ -
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.500.000	R\$ 9.843,10
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.570.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.553.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.550.000	R\$ 30.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0107	1.570.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0701.2.0050	1.500.000	R\$ 500,00

Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais

TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

3.3.90.30.00.2.04.00.12.363.0211.2.0051	1.500.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0094.2.0254	1.500.000	R\$ 5.935,29
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0094.2.0254	1.552.000	R\$ 28.558,55
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0205.2.0052	1.500.000	R\$ 7.417,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0205.2.0053	1.500.000	R\$ 5.345,30
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0205.2.0053	1.569.000	R\$ 2.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.367.0207.2.0054	1.500.000	R\$ 1.000,00

14.1.1 - A dotação orçamentária para a contratação feita por este Registro de Preços será efetuada à medida que forem solicitadas ao Gestor do Registro de Preços, conforme dispõe o Decreto Federal 11.462/2023;

14.2 - Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços para os exercícios de 2024/2025, os recursos orçamentários da unidade orçamentária requisitante. Havendo necessidade, por determinação da Administração, poderão ser utilizados recursos orçamentários de qualquer Secretaria Municipal;

14.3 - Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios, do Estado, Distrito Federal, União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras, de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município Luisburgo a título de convênio, ajustes, doações, empréstimos e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias deste Município, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Registro de Preços.

### 15 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 – Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### 16 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de até **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2 - A convocação para assinatura da ata ou contrato, será realizado no prazo improrrogável de dois dias e será realizada por e-mail ou via telefone por servidor público, podendo ser assinatura física ou digital.

16.3 - Em caso de assinatura digital, enviar a Ata SRP assinada para [premir2013@yahoo.com.br](mailto:premir2013@yahoo.com.br)



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

16.4 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do (s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.5 - Na Ata de Registro de Preços deverá constar:

?

?

número de ordem em série anual;

?

número do pregão e do processo licitatório respectivo;

?

órgãos e/ou unidades integrantes do registro;

?

qualificação do detentor do registro e de seu representante legal;

?

descontos propostos pelo adjudicatário;

?

prazos e condições de entrega pactuado;

?

condições de pagamento;

?

forma de revisão dos preços registrados;

penalidades.

### 17 – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 - Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2 - O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.3 - O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que: referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021; a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos; a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

17.4 - O prazo de vigência da ata é de **12 (doze) meses, podendo ser prorrogada**.

17.5 - Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

17.6 - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

### 18 – DAS OBRIGAÇÕES

18.1 As obrigações e condições são as estabelecidas no Termo de Referência.

18.2 Prazo de entrega: 7 dias úteis

### 19 – DO PAGAMENTO

19.1 - Será pago a adjudicatária os valores devidos pelo fornecimento a prazo, em **até 30 (trinta) dias**, a partir da apresentação da Nota Fiscal pela contratada e da comprovação e atestação pelo servidor encarregado da gestão do recebimento, sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a lei.

19.2- O pagamento será via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pela adjudicatária, que deverá indicar na Nota Fiscal o banco, número da conta e agência com a qual opera. O município de Miradouro não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

19.3- Qualquer erro ou omissão ocorridos na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

19.4- A cada pagamento efetuado pela **Prefeitura Municipal de Miradouro-MG**, a adjudicatária deverá comprovar sua regularidade fiscal com o Sistema de Seguridade Social – INSS e FGTS. Tal comprovação será objeto de confirmação "ON-LINE", sendo suspenso o pagamento caso esteja irregular no referido sistema. No caso de empresas estabelecidas no município de Miradouro, a adjudicatária deverá comprovar regularidade com o município, através da apresentação da CND Municipal.

### 20 – DA IMPUGNAÇÃO DO REGISTRO E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

20.1- **Até 3 (três) dias úteis antes da abertura do certame**, conform § único do art. 164, qualquer pessoa, inclusive licitante, poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do pregão.

20.2- Será designada nova data para a realização do certame quando:

I - for acolhida a impugnação contra o ato convocatório;





## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

II- a Pregoeira não responder dentro do prazo estabelecido no § 1º;

III- houver alteração no edital durante o curso do prazo estabelecido para o recebimento dos documentos e classificação, caso em que o prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.3-A designação de nova data exige divulgação pelo mesmo instrumento em que se deu aquela do texto original.

20.4-A não-impugnação do edital, na forma e tempo definidos, acarreta a decadência do direito de discutir na esfera administrativa as regras do certame.

20.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

20.6 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar os preços registrados, observado o seguinte:

I. As impugnações serão interpostas, por escrito e devidamente fundamentadas, ao responsável pelo Gestor do Registro de Preços, o qual deverá julgá-la no prazo de 03 (três) dias, a contar da sua apresentação;

II. As impugnações se darão em razão de incompatibilidade dos preços registrados com o vigente no mercado.

20.7- Decorrido o prazo de validade da proposta, os preços poderão ser revistos mediante requerimento formal da licitante contratada, que deverá atender as seguintes disposições:

20.7.1. Protocolo do requerimento, dirigido ao Prefeito Municipal, acompanhado de todos os documentos que comprovem o aumento, com planilhas de custos, tabela, além de outros que possam complementar o pedido;

20.7.2 .Validade do preço reajustado a contar da data efetiva de protocolo do pedido, entendida assim como a data em que se protocolou o último documento comprobatório da alteração de preços.

20.8- A revisão do preço poderá ser efetivada por iniciativa da Administração Municipal ou do detentor do registro, uma vez comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro.

20.9- Em qualquer caso, a revisão aplicada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

20.10- Os preços registrados deverão ser revistos trimestralmente mediante a atualização da



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

tabela e análise de mercado, sendo publicados em órgão oficial do município.

20.11- Caso haja a extinção da tabela referência ou ainda que a mesma não mais exista ou ainda ocorrência de fato superveniente e devidamente comprovado de que a utilização da tabela tornou-se impossível ou insuficiente para a avaliação dos preços registrados, poderá ser adotado o preço apurado por meio de média aritmética entre os preços pesquisados dentre, no mínimo, três empresas do ramo, ou, caso não exista tal número, dentre as existentes.

20.12- Para o cumprimento do sub-item 20.6, o Depto. de Compras negociará diretamente com o detentor do registro, objetivando obter melhor preço sobre o preço "média aritmética", utilizando como parâmetro o percentual de desconto de mercado sobre a média.

### 21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 - O licitante, detentor ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

21.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato ou da ata de registro de preço;

21.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato ou da ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato ou da ata de registro de preço;

21.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6 - não celebrar o contrato ou ata de registro de preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

21.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou da ata de registro de preço;

21.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º/08/2013.

21.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no artigo 156 da Lei Federal nº 14133/2021, qual seja:

a) Advertência – inciso I, quando dar causa a inexecução parcial do contrato;

b) Multa de até 10% sobre o valor total do contrato ou ata, quando descumprido qualquer cláusula do edital, da ata ou contrato, que não a entrega do objeto - inciso II;



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

c) Multa de até 0,5% ( meio por cento) ao dia, do valor do contrato, caso haja atraso na assinatura do contrato, atraso na entrega dos produtos, ainda que seja parcial ao solicitado, limitado a 30% (trinta por cento).

d) Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos – inciso III, quando cometido as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

21.3.1 - A sanção de que trata a alínea “b” e “c”, não poderá ser aplicada sem que seja garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias uteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14133/2021.

21.3.2 - As sanções das alíneas “d” e “e” não poderá ser aplicada sem que seja aberto processo de responsabilização, garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias uteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14133/2021.

21.3.3 - A aplicação das sanções deverá ser precedida de análise jurídica e somente pelo Prefeito Municipal, conforme § 6º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14133/2021.

21.3.4 - A sequência do rol previsto nas alíneas do subitem 1, não é obrigatório, podendo ser aplicada a sanção mais severa em conformidade com a falha cometida pelo CONTRATADO.

21.3.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.3.6 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Detentora da Ata, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.3.7 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

### 22 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1- Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.2 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

22.3- Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

22.4 - Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

22.5 contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892 7.892/213.

### 23 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor farão parte integrante do edital, independentemente de transcrição.

23.2- É facultado aa Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

23.3- A presente licitação poderá ser revogada em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, sendo anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem qualquer tipo de indenização.

23.4- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.5- Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e que venha a ser aceito pela Pregoeira.

23.6- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade, qualidade e a segurança da contratação.

23.7- Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado para o portal eletrônico onde ocorrerá a sessão, até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da licitação, aa Pregoeira, na área de coordenação da **Prefeitura Municipal de Miradouro/Departamento de Licitação**, à Praça Santa Rita, nº 192, Centro, Miradouro-MG.

23.8– Eventuais informações poderão ser obtidas pelo telefone 32 3753-1160 ou pelo email – premir2013@yahoo.com.br e <https://bnc.org.br> .

**INTSA SALIENTAR: DÚVIDAS A RESPEITO DO PORTAL ELETRÔNICO/CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS/DISPUTA E AFINS, DEVEM SER TIRADAS DIRETAMENTE COM A PLATAFORMA. DÚVIDAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO SOBRE O EDITAL, DEVEM SER ANEXADAS NO PORTAL ELETRÔNICO EM FORMA DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E NÃO SERÃO ACEITAS PELO EMAIL OU TELEFONE, TENDO EM CONSIDERAÇÃO A TRANSPARECIA E FORMALIDADE DO CERTAME.**

23.9- Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

\* Anexos deste Edital.

23.10- Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes de Decreto, Leis e portarias relacionadas com esta modalidade de licitação.

23.11- As decisões da Pregoeira serão publicadas no *site* do Departamento de Licitações: <https://miradouro.mg.gov.br/container/editais/licitacao/>

23.12- O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o Foro da Comarca de Miradouro-MG, com exclusão de qualquer outro.

23.13- Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.14 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

23.15 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.16 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.17 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.18 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.19 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.20 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.21 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.22 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.23 – O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://bnc.org.br>, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

com vista franqueada aos interessados.

23.24 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Termo de Referência;

ANEXO III – Declaração Unificada

ANEXO IV – Modelo de proposta;

ANEXO V– Termo de Adesão – BNC

ANEXO VI – Custo pela utilização do sistema;

ANEXO VII – Minuta da ATA de Registro de Preço

ANEXO VIII – Minuta de Contrato

ANEXO IX- Documentos para Habilitação

ANEXO X - Modelo de declaração de inexistência de trabalho escravo e exploração de mão de obra infantil e adolescente.

**Miradouro-MG, 03 de setembro de 2024**

---

**Alessandra Romualdo Mendes  
Pregoeira**





# MUNICÍPIO DE MIRADOURO

## CNPJ nº 17.947.623/0001-79

### ANEXO I

#### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO

*“CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR DE AGUA MINERAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.”*

#### INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 14.133/2021 estabeleceu que o planejamento das licitações possui uma hierarquia de princípios, proporcionando aos gestores públicos ferramentas para a governança e implementação desse princípio. As contratações públicas são meios para concretizar as políticas públicas, e seu planejamento resulta em contratações mais eficazes.

Assim, a realização de estudos prévios à contratação permite conhecer novas modelagens/metodologias oferecidas pelo mercado, resultando em uma melhor qualidade dos gastos e promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Nesse contexto, o presente documento, essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, representa a primeira etapa da fase de planejamento. Isso porque apresenta os estudos necessários para a contratação da solução que atenderá à necessidade especificada. Dessa forma, busca-se garantir a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública planejada, assim como o levantamento dos elementos essenciais que servirão de base para compor o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico, caso a viabilidade da contratação seja confirmada.

O objetivo principal é estudar minuciosamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em conformidade com as normas vigentes e os princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes para a contratação.

#### 1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – JUSTIFICATIVA

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de água mineral natural, potável, de forma parcelada, em garrações de 20 litros, e embalagens de 1500ml e 500ml, sem gás. E embalagens de 500ml com gás.

A proposta de contratação em apreço justifica-se pelo imperativo de garantir aos servidores, terceirizados e visitantes das dependências públicas municipais, condições necessárias para o bom desempenho de suas atividades.

O fornecimento de água potável das Unidades ocorre por meio da instalação de galões de água mineral em suas unidades e garrafas de 1500ml e 500 ml que são disponibilizadas em reuniões, cursos, dentre outras.



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

A interrupção do fornecimento do bem em questão causaria graves danos aos serviços administrativos e atendimento público, sobretudo se considerados as condições climáticas adversas presentes na região.

Assim, a aquisição do item água mineral, servirá para atender a demanda das diversas secretarias municipais que utilizam estes produtos, visando o pleno funcionamento das atividades, atendendo a todos os servidores e usuários que se utilizam das dependências da prefeitura e demais locais de atendimento aos usuários do serviço público.

### 2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida não está prevista no Plano de Contratações Anual do Miradouro/MG. Justifica-se pelo fato do Município de Miradouro não possuir o Plano de Contratações Anual.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 3.1. BENS COMUNS

Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para a aquisição dos bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

#### 3.2. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.2.1. Da Habilitação Fiscal, Social e trabalhista: Serão exigidos os documentos previstos no Art. 68 da lei 14.133/2021

3.2.2. Da Habilitação Econômica/Financeira: Será exigida a Certidão de Falência e Concordata, conforme art. 69, inc. II da Lei 14.133/2021

#### 3.3. DO PRAZO DE ENTREGA:

O objeto do presente Pregão (água mineral) deverá ser entregue e instalado de imediato no Município de Miradouro, no local definido pela Secretaria Municipal solicitante, mediante apresentação de Autorização de Fornecimento (AF).

#### 3.4. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

Referência e na proposta.

O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

#### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro as últimas contratações com o mesmo objeto, realizadas por esta Administração no ano anterior.

#### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa para a fornecimento de água mineral.

Ainda, levou-se em conta contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas.

#### 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 1.834,00 (mil oitocentos e trinta e quatro reais). Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente.

#### 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando o levantamento do mercado, se torna mais viável ao Ente Público a realização de licitação para a contratação deste objeto, conforme pesquisa realizada e levando-se em conta a importância da execução dessa licitação para a Municipalidade.

#### 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento deverá ser aplicado à presente contratação.

#### 9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

### 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) designação de agente de contratação/pregoeiro, equipe de apoio, comissão de licitação;
- c) elaboração de minuta da Ata de Registro de Preço;
- d) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- e) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer;
- f) publicação e divulgação do edital e anexos;
- g) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- h) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- i) realização de empenho; e
- j) assinatura e publicação do contrato.

### 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos bens podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

Os bens que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

### 12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há impactos ambientais que podem ser gerados unicamente em razão de contratações geradas a partir desse objeto.

### 13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO

*“CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR DE GÁS DE COZINHA TIPO GLP, 13KG E 45KG PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.”*

### INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 14.133/2021 estabeleceu que o planejamento das licitações



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

possui uma hierarquia de princípios, proporcionando aos gestores públicos ferramentas para a governança e implementação desse princípio. As contratações públicas são meios para concretizar as políticas públicas, e seu planejamento resulta em contratações mais eficazes.

Assim, a realização de estudos prévios à contratação permite conhecer novas modelagens/metodologias oferecidas pelo mercado, resultando em uma melhor qualidade dos gastos e promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Nesse contexto, o presente documento, essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, representa a primeira etapa da fase de planejamento. Isso porque apresenta os estudos necessários para a contratação da solução que atenderá à necessidade especificada. Dessa forma, busca-se garantir a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública planejada, assim como o levantamento dos elementos essenciais que servirão de base para compor o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico, caso a viabilidade da contratação seja confirmada.

O objetivo principal é estudar minuciosamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em conformidade com as normas vigentes e os princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes para a contratação.

### 1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – JUSTIFICATIVA

O gás de cozinha é um tipo de gás combustível usado principalmente para cozinhar residências e em algumas aplicações comerciais. No Brasil, o gás de cozinha mais comum é o gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido popularmente como "gás de botijão". O GLP é uma mistura de gases, principalmente propano e butano, que são armazenados em estado líquido sob pressão em recipientes portáteis, como botijões, e convertidos em gás quando liberados para uso.

Os botijões de gás de cozinha são comumente encontrados em duas capacidades principais: 13 kg e 45 kg.

O botijão de 13 kg é o mais comum e amplamente utilizado, é relativamente fácil de manusear e são mais portáteis e podem ser facilmente trocados ou recarregados.

O botijão de 45 kg é maior e destinado a consumidores que consomem uma quantidade maior de gás, fornecem uma capacidade maior de armazenamento de GLP e geralmente são utilizados com um sistema de regulação.

Assim, sendo a aquisição do item gás de cozinha, servirá para atender a demanda das diversas secretarias municipais que utilizam estes produtos, visando o pleno funcionamento das atividades, atendendo a todos os servidores e usuários que se



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

utilizam das dependências da prefeitura e demais locais de atendimento aos usuários do serviço público.

### 2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida não está prevista no Plano de Contratações Anual do Miradouro/MG. Justifica-se pelo fato do Município de Miradouro não possuir o Plano de Contratações Anual.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 3.1. BENS COMUNS

Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para a aquisição dos bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

#### 3.2. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.2.1. Da Habilitação Fiscal, Social e trabalhista: Serão exigidos os documentos previstos no Art. 68 da lei 14.133/2021

3.2.2. Da Habilitação Econômica/Financeira: Será exigida a Certidão de Falência e Concordata, conforme art. 69, inc. II da Lei 14.133/2021

#### 3.2.2. Da Habilitação Técnica:

a) Certificado de Autorização de Ponto de Revenda de GLP emitido pela Agência Nacional do Petróleo –ANP.

#### 3.3. DO PRAZO DE ENTREGA:

O objeto do presente Pregão (gás de cozinha) deverá ser entregue e instalado de imediato no Município de Miradouro, no local definido pela Secretaria Municipal solicitante, mediante apresentação de Autorização de Fornecimento (AF).

#### 3.4. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no





## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

#### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro as últimas contratações com o mesmo objeto, realizadas por esta Administração no ano anterior.

#### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa para a fornecimento e instalação de gás de cozinha.

Ainda, levou-se em conta contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas.

#### 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 46.668,90 (quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa centavos), compatível com o praticado pelo mercado correspondente

#### 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando o levantamento do mercado, se torna mais viável ao Ente Público a realização de licitação para a contratação deste objeto, conforme pesquisa realizada e levando-se em conta a importância da execução dessa licitação para a Municipalidade.

#### 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento deverá ser aplicado à presente contratação.

#### 9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

### 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) designação de agente de contratação/pregoeiro, equipe de apoio, comissão de licitação;
- c) elaboração de minuta da Ata de Registro de Preço;
- d) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- e) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer;
- f) publicação e divulgação do edital e anexos;
- g) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- h) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- i) realização de empenho; e
- j) assinatura e publicação do contrato.

### 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos bens podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

Os bens que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

### 12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há impactos ambientais que podem ser gerados unicamente em razão de contratações geradas a partir desse objeto.

### 13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.



**MUNICÍPIO DE MIRADOURO**  
**CNPJ nº 17.947.623/0001-79**

**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO**

*“CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR DE AGUA MINERAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.”*

1. UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipais de Miradouro

2. DO OBJETO: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de água mineral natural, potável de forma parcelada, em garrações de 20 litros, embalagens de 1,5 L e 510 ml, sendo esta ultima com gás e sem gás, visando atender as necessidades das diversas secretarias do município de Miradouro/MG, conforme quantitativos constantes na tabela a seguir.

Item	Descrição	Un	Qtd	Valor Unit.	Valor Global
01	AGUA MINERAL - natural com gás, acondicionada em garrafa pet 500ml, não alcalina, apresentando ph até o número 7, de acordo com a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com registro no Ministério da saúde, com validade mínima de 6 meses a cada fornecimento, qualidade comprovada através de laudo da última semana de produção.	Un	100	R\$ 1,60	R\$ 160,00
02	AGUA MINERAL - natural sem gás, acondicionada em galão 20 Litros, para bebedouros em bombonas de 20L (somente o líquido), não alcalina, apresentando ph até o número 7, de acordo com a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com registro no Ministério da saúde, com validade mínima de 6 meses a cada fornecimento, qualidade	Un	100	R\$ 12,67	R\$ 1.267,00



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

	comprovada através de laudo da última semana de produção.				
03	AGUA MINERAL - natural sem gás, acondicionada em garrafa pet 1,5LT, não alcalina, apresentando ph até o número 7, de acordo com a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com registro no Ministério da saúde, com validade mínima de 6 meses a cada fornecimento, qualidade comprovada através de laudo.	Un	200	R\$ 1,37	R\$ 274,00
04	AGUA MINERAL - natural sem gás, acondicionada em garrafa pet 500ml, não alcalina, apresentando ph até o número 7, de acordo com a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com registro no Ministério da saúde, com validade mínima de 6 meses a cada fornecimento, qualidade comprovada através de laudo da última semana de produção.	Un	100	R\$ 1,33	R\$ 133,00

**Total de R\$ 1.834,00.**

### 3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Os produtos objeto deste Termo de Referência serão fornecidos de forma parcelada, no prazo máximo de 48h após a solicitação.
- 3.2. Os produtos deverão ser fornecidos no prazo de vigência do contrato, que será até o dia 31/12/2024, contados a partir da assinatura do contrato.
- 3.2.1. Caberá única e exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga e montagem dos materiais necessários para a execução dos serviços, assim como os custos provenientes de tais atos.
- 3.3. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Secretaria Solicitante não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

### 4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

### 4.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1.1. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência;
- 4.1.2. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos;
- 4.1.3. Encaminhar a nota de empenho para a contratada;
- 4.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;
- 4.1.5. Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da Administração especialmente designado para tanto;
- 4.1.6. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência;
- 4.1.7. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.
- 4.1.8. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

### 4.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.2.1. Fornecer os produtos conforme especificações da proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 4.2.2. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas nesta licitação;
- 4.2.3. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Miradouro e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.
- 4.2.4. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 4.2.5. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE.
- 4.2.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 4.2.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal,



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

4.2.8. Submeter-se-á a todas as normas e condições do Termo de Referência e seus anexos, que integram este contrato, independente da transcrição.

4.2.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

4.2.10. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

### 5. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.3. A gestão e a fiscalização do presente contrato serão exercidas por servidores vinculados à Secretaria de Educação o Sr. Guilherme Rosa da Silva, servidor inscrito na matrícula: 3826 aos qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

5.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a Lei 14.133/2021.

5.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### 6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.4. Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Departamento de Tesouraria, Secretaria Municipal de Administração, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de Miradouro, e conter o número do empenho correspondente.

6.5. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

6.6. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

6.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o





## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

6.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.10. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

6.11. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

6.12. O CNPJ/CPF da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

6.13. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

### 7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Será selecionado o fornecedor proponente da melhor oferta, assim considerada a menor proposta por valor global, desde que apresente a seguinte documentação e na seguinte forma:

#### 7.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA (EXCLUSIVO PARA PESSOA JURÍDICA)

A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com suas alterações supervenientes em vigor ou última alteração consolidada e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 7.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

A Regularidade Fiscal e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS (Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e da Dívida Ativa da União fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e pela Procuradoria da Fazenda Nacional);
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão negativa de Débitos Trabalhistas;

### 7.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante válida na data da entrega das propostas e de início da abertura dos envelopes. Caso o documento não consigne prazo de validade, será considerada válida a certidão com data de expedição ou revalidação dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data da realização da licitação.

### 7.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

### 7.8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (EXCLUSIVO PARA PESSOA FÍSICA)

- a) Apresentação de certidões ou atestados de qualificação técnica, quando couber, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter as pessoas físicas fornecido os materiais ou prestado os serviços compatíveis com o objeto da licitação



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

- b) Apresentação pelo adjudicatário dos seguintes documentos, no mínimo:
- prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
  - prova de regularidade perante a Seguridade Social e trabalhista;
  - certidão negativa de insolvência civil;
  - declaração de que atende os requisitos do edital ou do aviso de contratação direta;
  - declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

### 8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	SALDO
3.3.90.30.00.2.07.00.20.122.0200.2.0124	1.500.000	R\$ 9.075,97

- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	SALDO
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0947.2.0262	1.621.000	R\$ 720.652,21
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0917.2.0211	2.621.000	R\$ 176.090,60
3.3.90.30.00.2.11.00.10.303.0923.2.0253	1.500.000	R\$ 168.495,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.122.0040.2.0094	1.600.000	R\$ 62.717,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.303.0923.2.0253	1.600.000	R\$ 50.000,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.302.0130.2.0148	1.500.000	R\$ 44.929,40
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0923.2.0214	1.659.002	R\$ 30.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0301.2.0145	1.500.000	R\$ 23.789,20
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0104.2.0100	1.500.000	R\$ 21.260,41
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0923.2.0214	1.600.000	R\$ 20.200,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.302.0130.2.0148	2.621.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0104.2.0100	1.600.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.303.0923.2.0253	1.621.000	R\$ 20.000,00



**MUNICÍPIO DE MIRADOURO**  
**CNPJ nº 17.947.623/0001-79**

3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0108.2.0105	1.500.000	R\$ 18.209,15
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0947.2.0262	1.500.000	R\$ 16.800,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.122.0040.2.0094	1.500.000	R\$ 16.652,57
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.600.000	R\$ 16.500,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0950.2.0265	1.500.000	R\$ 15.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.659.002	R\$ 11.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.303.0957.2.0272	1.500.000	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.303.0957.2.0272	1.621.000	R\$ 9.840,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.302.0130.2.0148	1.621.000	R\$ 6.721,12
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0917.2.0211	1.500.000	R\$ 6.349,50
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0959.2.0274	2.621.000	R\$ 6.289,26
3.3.90.30.00.2.11.01.10.122.0955.2.0270	1.621.000	R\$ 5.265,61
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0950.2.0265	1.621.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.302.0952.2.0267	1.621.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.302.0952.2.0267	1.500.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0949.2.0264	1.500.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0108.2.0105	1.600.000	R\$ 4.500,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.122.0040.2.0094	1.621.000	R\$ 4.213,44
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0954.2.0269	1.621.000	R\$ 4.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0956.2.0271	1.621.000	R\$ 4.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0103.2.0102	1.600.000	R\$ 3.928,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0959.2.0274	1.621.000	R\$ 3.286,17
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.621.000	R\$ 2.421,32
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0923.2.0214	1.500.000	R\$ 2.318,73
3.3.90.30.00.2.11.01.10.122.0955.2.0270	1.500.000	R\$ 2.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0301.2.0145	1.600.000	R\$ 2.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0953.2.0268	1.621.000	R\$ 1.377,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0040.1.0245	1.659.000	R\$ 1.100,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0949.2.0264	1.621.000	R\$ 1.040,10



**MUNICÍPIO DE MIRADOURO**  
**CNPJ nº 17.947.623/0001-79**

3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0953.2.0268	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0954.2.0269	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0288	1.621.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0959.2.0274	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0956.2.0271	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0965.2.0287	1.621.000	R\$ 500,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.500.000	R\$ 427,47
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0964.2.0286	1.621.000	R\$ 417,30
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0960.2.0275	1.500.000	R\$ 401,20
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0917.2.0211	1.621.000	R\$ 173,85
3.3.90.30.00.2.11.01.10.302.0946.2.0261	1.621.000	R\$ 144,60
3.3.90.30.00.2.11.01.10.304.0102.2.0104	1.600.000	R\$ 100,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0960.2.0275	1.621.000	R\$ 49,06
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0917.2.0211	2.500.000	R\$ 34,65
3.3.90.30.00.2.11.00.10.303.0923.2.0253	2.710.000	R\$ 0,34
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0947.2.0262	2.621.000	R\$ -

• **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	SALDO
3.3.90.30.00.2.08.00.08.244.0090.2.0133	1.660.000	R\$ 5.835,33
3.3.90.30.00.2.08.00.08.244.0090.2.0133	1.500.000	R\$ 1.744,90
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0904.2.0207	1.660.000	R\$ 24.338,20
3.3.90.30.00.2.14.00.08.241.0809.2.0119	1.500.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.241.0809.2.0119	1.660.000	R\$ 25.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.242.0907.2.0151	1.660.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.243.0805.2.0146	1.661.000	R\$ 8.316,91
3.3.90.30.00.2.14.00.08.243.0805.2.0146	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.243.0935.2.0235	1.500.000	R\$ 4.634,27
3.3.90.30.00.2.14.00.08.243.0936.2.0233	1.660.000	R\$ 1.326,50

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



**MUNICÍPIO DE MIRADOURO**  
**CNPJ nº 17.947.623/0001-79**

3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0122	1.661.000	R\$ 15.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0122	1.500.000	R\$ 5.580,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0134	1.660.000	R\$ 4.471,41
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0135	1.660.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0135	1.500.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0904.2.0207	1.660.000	R\$ 24.338,20
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0911.2.0154	1.660.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0913.2.0208	1.660.000	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0913.2.0208	1.500.000	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0928.2.0224	1.660.000	R\$ 2.823,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0928.2.0224	1.500.000	R\$ 9.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0935.1.0232	1.500.000	R\$ 9.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.482.0090.2.0136	1.500.000	R\$ 13.799,40

• **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	SALDO
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0094.2.0037	1.550.000	R\$ 91.737,15
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0094.2.0037	1.500.000	R\$ 3.111,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0094.2.0037	1.570.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0094.2.0037	1.552.000	R\$ 35.856,59
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0101.2.0040	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0043	1.550.000	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0043	1.500.000	R\$ 2.791,18
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0043	1.569.000	R\$ 19.400,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0044	1.500.000	R\$ 60,11
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0045	1.551.000	R\$ 10.050,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0046	1.500.000	R\$ 100,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0257	1.500.000	R\$ 1.829,32
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.576.001	R\$ -

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

### CNPJ nº 17.947.623/0001-79

3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.500.000	R\$ 9.843,10
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.570.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.553.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.550.000	R\$ 30.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0107	1.570.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0701.2.0050	1.500.000	R\$ 500,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.363.0211.2.0051	1.500.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0094.2.0254	1.500.000	R\$ 5.935,29
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0094.2.0254	1.552.000	R\$ 28.558,55
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0205.2.0052	1.500.000	R\$ 7.417,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0205.2.0053	1.500.000	R\$ 5.345,30
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0205.2.0053	1.569.000	R\$ 2.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.367.0207.2.0054	1.500.000	R\$ 1.000,00

#### 9. DA LEGISLAÇÃO

A contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo observar as leis, decretos, regulamentação, portarias e normas federais, estaduais e municipais diretamente e indiretamente aplicáveis ao objeto da contratação, inclusive por suas subcontratadas.

Na elaboração do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, assim como toda a legislação municipal, estadual, federal pertinente, independente de citação:

- Códigos, leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- Normas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT,
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
- Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato.

#### 10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para efeito desta contratação, o orçamento estimado, correspondente ao critério máximo de aceitabilidade do preço global é de: **R\$ 1.834,00** (mil e oitossentos e trinta e quatro reais).

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO

*“CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR DE GÁS DE COZINHA TIPO GLP, 13KG E 45KG PARA ATENDER AS*

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**





## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

“SECRETARIAS MUNICIPAIS.”

### 2. UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipais de Miradouro

2. DO OBJETO: Constitui objeto deste Termo de Referência a apresentação de parâmetros e elementos descritivos para a contratação de empresa para aquisição de gás, recarga de botijões de gás GLP (13 kg e 45 kg), gás de cozinha, conforme demanda, para atender as necessidades das diversas secretarias do município de Miradouro/MG, conforme quantitativos constantes na tabela a seguir.

Item	Descrição	Un	Qtd	Valor Global	Valor Global
01	BOTIJA DE GÁS GLP – 13 KG	Un	300	R\$ 113,83	R\$ 34.149,00
02	GLP EM BOTIJA DE 45 KG – Fabricado segundo norma NBR da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas	Un	30	R\$ 417,33	R\$ 12.519,90

**Total de R\$ 46.668,90.**

### 3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os produtos objeto deste Termo de Referência serão fornecidos de forma parcelada, no prazo máximo de 48h após a solicitação.

3.2. Os produtos deverão ser fornecidos no prazo de vigência do contrato, que será até o dia 31/12/2024, contados a partir da assinatura do contrato.

3.2.1. Caberá única e exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga e montagem dos materiais necessários para a execução dos serviços, assim como os custos provenientes de tais atos.

3.3. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Secretaria Solicitante não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

#### 4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

##### 4.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1.1. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência;

4.1.2. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos;

4.1.3. Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

4.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

4.1.5. Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da Administração especialmente designado para tanto;

4.1.6. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência;

4.1.7. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.

4.1.8. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

### 4.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.2.1. Fornecer os produtos conforme especificações da proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

4.2.2. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas nesta licitação;

4.2.3. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Miradouro e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

4.2.4. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

4.2.5. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE.

4.2.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

4.2.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

4.2.8. Submeter-se-á a todas as normas e condições do Termo de Referência e seus anexos, que integram este contrato, independente da transcrição.

4.2.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

4.2.10. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

### 5. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.3. A gestão e a fiscalização do presente contrato serão exercidas por servidores vinculados à Secretaria de Educação o Sr. Guilherme Rosa da Silva, servidor inscrito na matrícula: 3826 aos qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

5.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a Lei 14.133/2021.

5.5. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### 6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.4. Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Departamento de Tesouraria, Secretaria Municipal de Administração, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de Miradouro, e conter o número do empenho correspondente.

6.5. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

6.6. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

6.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

6.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

6.10. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

6.11. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

6.12. O CNPJ/CPF da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

6.13. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

### 7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Será selecionado o fornecedor proponente da melhor oferta, assim considerada a menor proposta por valor global, desde que apresente a seguinte documentação e na seguinte forma:

#### 7.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA (EXCLUSIVO PARA PESSOA JURÍDICA)

A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com suas alterações supervenientes em vigor ou última alteração consolidada e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 7.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

A Regularidade Fiscal e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS (Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e da Dívida Ativa da União fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e pela Procuradoria da Fazenda Nacional);



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão negativa de Débitos Trabalhistas;

### 7.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante válida na data da entrega das propostas e de início da abertura dos envelopes. Caso o documento não consigne prazo de validade, será considerada válida a certidão com data de expedição ou revalidação dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data da realização da licitação.

### 7.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

### 7.8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (EXCLUSIVO PARA PESSOA FÍSICA)

- a) Apresentação de certidões ou atestados de qualificação técnica, quando couber, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter as pessoas físicas fornecido os materiais ou prestado os serviços compatíveis com o objeto da licitação
- b) Apresentação pelo adjudicatário dos seguintes documentos, no mínimo:
  - i) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
  - ii) prova de regularidade perante a Seguridade Social e trabalhista;
  - iii) certidão negativa de insolvência civil;
  - iv) declaração de que atende os requisitos do edital ou do aviso de contratação

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

### CNPJ nº 17.947.623/0001-79

direta;

v) declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

#### 8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- **SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	SALDO
3.3.90.30.00.2.07.00.20.122.0200.2.0124	1.500.000	R\$ 9.075,97

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	SALDO
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0947.2.0262	1.621.000	R\$ 720.652,21
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0917.2.0211	2.621.000	R\$ 176.090,60
3.3.90.30.00.2.11.00.10.303.0923.2.0253	1.500.000	R\$ 168.495,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.122.0040.2.0094	1.600.000	R\$ 62.717,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.303.0923.2.0253	1.600.000	R\$ 50.000,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.302.0130.2.0148	1.500.000	R\$ 44.929,40
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0923.2.0214	1.659.002	R\$ 30.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0301.2.0145	1.500.000	R\$ 23.789,20
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0104.2.0100	1.500.000	R\$ 21.260,41
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0923.2.0214	1.600.000	R\$ 20.200,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.302.0130.2.0148	2.621.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0104.2.0100	1.600.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.303.0923.2.0253	1.621.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0108.2.0105	1.500.000	R\$ 18.209,15
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0947.2.0262	1.500.000	R\$ 16.800,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.122.0040.2.0094	1.500.000	R\$ 16.652,57
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.600.000	R\$ 16.500,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0950.2.0265	1.500.000	R\$ 15.000,00



**MUNICÍPIO DE MIRADOURO**  
**CNPJ nº 17.947.623/0001-79**

3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.659.002	R\$ 11.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.303.0957.2.0272	1.500.000	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.303.0957.2.0272	1.621.000	R\$ 9.840,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.302.0130.2.0148	1.621.000	R\$ 6.721,12
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0917.2.0211	1.500.000	R\$ 6.349,50
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0959.2.0274	2.621.000	R\$ 6.289,26
3.3.90.30.00.2.11.01.10.122.0955.2.0270	1.621.000	R\$ 5.265,61
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0950.2.0265	1.621.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.302.0952.2.0267	1.621.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.302.0952.2.0267	1.500.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0949.2.0264	1.500.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0108.2.0105	1.600.000	R\$ 4.500,00
3.3.90.30.00.2.11.00.10.122.0040.2.0094	1.621.000	R\$ 4.213,44
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0954.2.0269	1.621.000	R\$ 4.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0956.2.0271	1.621.000	R\$ 4.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0103.2.0102	1.600.000	R\$ 3.928,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0959.2.0274	1.621.000	R\$ 3.286,17
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.621.000	R\$ 2.421,32
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0923.2.0214	1.500.000	R\$ 2.318,73
3.3.90.30.00.2.11.01.10.122.0955.2.0270	1.500.000	R\$ 2.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0301.2.0145	1.600.000	R\$ 2.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0953.2.0268	1.621.000	R\$ 1.377,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0040.1.0245	1.659.000	R\$ 1.100,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0949.2.0264	1.621.000	R\$ 1.040,10
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0953.2.0268	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0954.2.0269	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0288	1.621.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0959.2.0274	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0956.2.0271	1.500.000	R\$ 1.000,00

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**





**MUNICÍPIO DE MIRADOURO**  
**CNPJ nº 17.947.623/0001-79**

3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0965.2.0287	1.621.000	R\$ 500,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.500.000	R\$ 427,47
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0964.2.0286	1.621.000	R\$ 417,30
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0960.2.0275	1.500.000	R\$ 401,20
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0917.2.0211	1.621.000	R\$ 173,85
3.3.90.30.00.2.11.01.10.302.0946.2.0261	1.621.000	R\$ 144,60
3.3.90.30.00.2.11.01.10.304.0102.2.0104	1.600.000	R\$ 100,00
3.3.90.30.00.2.11.01.10.305.0960.2.0275	1.621.000	R\$ 49,06
3.3.90.30.00.2.11.00.10.301.0917.2.0211	2.500.000	R\$ 34,65
3.3.90.30.00.2.11.00.10.303.0923.2.0253	2.710.000	R\$ 0,34
3.3.90.30.00.2.11.01.10.301.0947.2.0262	2.621.000	R\$ -

• **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	SALDO
3.3.90.30.00.2.08.00.08.244.0090.2.0133	1.660.000	R\$ 5.835,33
3.3.90.30.00.2.08.00.08.244.0090.2.0133	1.500.000	R\$ 1.744,90
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0904.2.0207	1.660.000	R\$ 24.338,20
3.3.90.30.00.2.14.00.08.241.0809.2.0119	1.500.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.241.0809.2.0119	1.660.000	R\$ 25.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.242.0907.2.0151	1.660.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.243.0805.2.0146	1.661.000	R\$ 8.316,91
3.3.90.30.00.2.14.00.08.243.0805.2.0146	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.243.0935.2.0235	1.500.000	R\$ 4.634,27
3.3.90.30.00.2.14.00.08.243.0936.2.0233	1.660.000	R\$ 1.326,50
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0122	1.661.000	R\$ 15.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0122	1.500.000	R\$ 5.580,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0134	1.660.000	R\$ 4.471,41
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0135	1.660.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0090.2.0135	1.500.000	R\$ 5.000,00

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



**MUNICÍPIO DE MIRADOURO**  
**CNPJ nº 17.947.623/0001-79**

3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0904.2.0207	1.660.000	R\$ 24.338,20
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0911.2.0154	1.660.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0913.2.0208	1.660.000	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0913.2.0208	1.500.000	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0928.2.0224	1.660.000	R\$ 2.823,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0928.2.0224	1.500.000	R\$ 9.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.244.0935.1.0232	1.500.000	R\$ 9.000,00
3.3.90.30.00.2.14.00.08.482.0090.2.0136	1.500.000	R\$ 13.799,40

• **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	SALDO
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0094.2.0037	1.550.000	R\$ 91.737,15
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0094.2.0037	1.500.000	R\$ 3.111,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0094.2.0037	1.570.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0094.2.0037	1.552.000	R\$ 35.856,59
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0101.2.0040	1.500.000	R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0043	1.550.000	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0043	1.500.000	R\$ 2.791,18
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0043	1.569.000	R\$ 19.400,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0044	1.500.000	R\$ 60,11
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0045	1.551.000	R\$ 10.050,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0046	1.500.000	R\$ 100,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0202.2.0257	1.500.000	R\$ 1.829,32
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.576.001	R\$ -
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.500.000	R\$ 9.843,10
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.570.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.553.000	R\$ 20.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0049	1.550.000	R\$ 30.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0211.2.0107	1.570.000	R\$ 5.000,00

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

3.3.90.30.00.2.04.00.12.361.0701.2.0050	1.500.000	R\$ 500,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.363.0211.2.0051	1.500.000	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0094.2.0254	1.500.000	R\$ 5.935,29
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0094.2.0254	1.552.000	R\$ 28.558,55
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0205.2.0052	1.500.000	R\$ 7.417,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0205.2.0053	1.500.000	R\$ 5.345,30
3.3.90.30.00.2.04.00.12.365.0205.2.0053	1.569.000	R\$ 2.000,00
3.3.90.30.00.2.04.00.12.367.0207.2.0054	1.500.000	R\$ 1.000,00

### 9. DA LEGISLAÇÃO

A contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo observar as leis, decretos, regulamentação, portarias e normas federais, estaduais e municipais diretamente e indiretamente aplicáveis ao objeto da contratação, inclusive por suas subcontratadas.

Na elaboração do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, assim como toda a legislação municipal, estadual, federal pertinente, independente de citação:

- Códigos, leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- Normas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT,
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
- Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato.

### 10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para efeito desta contratação, o orçamento estimado, correspondente ao critério máximo de aceitabilidade do preço global é de: **R\$ 46.668,90** (quarenta e seis mil e seissentos e sessentae oito reais e noventa centavos).



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF Nº \_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_, DECLARA:

1 - Sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente PREGÃO ELETRÔNICO conforme previsto no artigo 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/2.002, e ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

2 - Para fins do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil, declarar que não possuímos em nosso quadro pessoal empregado(s) menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14(catorze) anos de idade, se for o caso.

3 - Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, instaurado pela Prefeitura Municipal de Miradouro, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4 - Para fins do disposto no do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e 147/2014;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e 147/2014. Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e 147/2014. Esta declaração deverá ser preenchida pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006 e 147/2014.

5 - INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA A HABILITAÇÃO: que, até a presente data inexist(m) fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6 - DE CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: ter recebido todos os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação.

7 - NÃO IMPEDIMENTO: que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º,



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

da Lei Complementar nº 123/2006, incluído pela Lei Complementar nº 147/2014. (se for o caso).

-Declara, para fins cumprimento do disposto no artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

10- Declaro para os devidos fins e efeitos legais que não pertence ao quadro societário da empresa proponente, servidor(es) público(s) da ativa, ou empregado(s) de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

11- Declara, sob as penas da Lei, em especial o Art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

\* A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em referência, por qualquer outromeio ou por qualquer pessoa;

\* A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação referenciada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

\* Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação em referência quanto a participar ou não do processo;

\* O conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação referenciada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

\* O conteúdo da proposta não foi, em todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Comissão responsável antes da abertura oficial das PROPOSTAS; e

\* Está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la se responsabilizando pela execução do objeto no prazo do Edital e que os preços se referem a preços usuais de mercado.

11 - DECLARO para fins da licitação, não possuir no seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista. Declaro para os fins aqui registrados que as informações são verdadeiras, sob pena de responder por crime de Falsidade Ideológica, nos termos do Art. 299, do Código Penal.

Local e Data:

---

Representante Legal



**MUNICÍPIO DE MIRADOURO**  
**CNPJ nº 17.947.623/0001-79**

**ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA**

À

**Prefeitura Municipal de Miradouro**  
**Departamento de Licitação**

Propomos o fornecimento dos itens, conforme quadro a seguir e processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 022/2024.

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO	Marca ou fabricante	VALOR UNIT	VALOR UNIT
VALOR TOTAL <input type="checkbox"/>						

Valor global da proposta R\$\_\_\_\_\_ (valor da proposta por escrita).

O preço contido nesta proposta inclui todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto constante no edital e anexos do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 022/2024.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

<b>DADOS DA EMPRESA PROPONENTE:</b>	
Razão Social:	CNPJ sob nº:
Endereço Completo:	Fax:
Telefone:	E-mail:
DADOS BANCÁRIOS:	

Local e data.

\_\_\_\_\_  
**Empresa Proponente**  
**Representante legal da empresa**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

### ANEXO V – TERMO DE ADESÃO



SOLICITAÇÃO DE CADASTRO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS “BNC”

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
CNPJ:	( ) ME/ EPP
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	Inscrição estadual:
Telefone comercial:	
Representante legal:	E-mail*:
RG:	Emissor:
CPF:	
Celular:	Data de Nasc.:
Responsável Financeiro:	Telefone:
E-mail Financeiro:	
E-mail ( ) no qual gostaria de receber informativo de editais. Para tanto será necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais	

\*o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa

Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa Nacional de Compras “BNC”, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

São responsabilidades do Licitante:

Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras “BNC”, dos quais declara ter pleno conhecimento; iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema

O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.





**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**  
**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

### ANEXO VI – CUSTO PELA DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA



#### FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADEÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA PARA

##### FORNECEDORES:

A BNC – Bolsa Nacional de Compras exerce o direito do determinado no Art. 5º da Lei 10.520/2002, que diz “para se ressarcir dos custos de utilização de recursos da tecnologia da informação” e para o fornecimento do sistema operacional “robusto”, a ferramenta disponibiliza hospedagem de dados e serviços, utilizando-se da mais moderna tecnologia de computação em nuvem, bem como o armazenamento de arquivos e dados. Promovendo atualizações constantes por meio de desenvolvimento de novos recursos. Fornecendo uma ferramenta ágil e completa de pesquisa de editais e dados, suporte web personalizado ao usuário fornecedor, com orientações nas dúvidas sobre o sistema e sobre o edital.

Por estes serviços prestados serão cobradas “taxas” a critério e escolha de cada participante. O treinamento da ferramenta poderá ser solicitado previamente com dia e hora marcada.

Pelos produtos e resumo dos serviços relacionados a BNC apresenta a seguintes planos de pagamento:

	PLANO DE ADEÇÃO	A:	R\$ 98,10 única participação por edital.
	PLANO DE ADEÇÃO	B:	R\$ 135,00 mensal

A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio. Assim como apresentar uma nova tabela de cobrança.

Plano de Adesão A, esse plano é exclusivamente para uma única participação.

Plano de Adesão B, o respectivo contrato é mensal a contar da data da sua contratação.

O não pagamento estará sujeito a multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa Nacional de Compras e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

Local e data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2023.

Representante Legal: (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

### ANEXO VII

#### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2024

PROCESSO Nº \_\_\_\_/2024

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano de \_\_, pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO**, entidade jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ - Ministério da Fazenda sob o nº 17.947.623/0001-79, com sede à Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro - MG. Neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Cloves da Silva Botelho, brasileiro, casado, CPF sob nº 291.348.036-53, identidade 048128714 – IFP/RJ, residente e domiciliado nesta cidade, e a empresa

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na

\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ - \_\_, daqui por designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_,

lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Pregão Eletrônico 007/2024, que objetiva o fornecimento de \_\_\_\_\_, observadas as especificações, os preços/desconto, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação supracitada, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÃO E CONTRATOS), Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014 e Decreto Municipal nº \_\_\_\_, de \_\_/\_\_/2023 (regulamenta a aplicação da nova lei de licitação no âmbito municipal).

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

Registro de Preço para futuras e eventuais contratações de empresa Especializada na Prestação de Serviços de confecção de Material tipo Sacola Plástica Personalizada para a distribuição de medicamentos na Farmácia Popular

#### CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, conforme art. 49 do Decreto Municipal nº 0968/2023.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Prefeitura Municipal de Miradouro não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA III – DOS PREÇOS/DESCONTO

O desconto ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 001/2023.



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2023, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago é o constante da proposta apresentada, no Pregão Eletrônico nº 001/2023, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

### **CLÁUSULA IV – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

**Conforme Edital e Termo de Referência**

### **CLÁUSULA VI– DO PAGAMENTO**

Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta-corrente fornecida pela contratada, em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do atesto de faturas/notas fiscais pelo órgão requisitante, de acordo com os termos do Edital.

### **CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

A entrega só estará caracterizada mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento pelo fornecedor.

Os serviços deverão ser prestados acompanhados da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura correspondente.

### **CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES**

1 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no artigo 156 da Lei Federal nº 14133/2021, qual seja:

- a) Advertência – inciso I, quando dar causa a inexecução parcial do contrato;
- b) Multa de até 10% sobre o valor total do contrato ou ata, quando descumprido qualquer cláusula do edital, da ata ou contrato, que não a entrega do objeto - inciso II;
- c) Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia, do valor do contrato, caso haja atraso na assinatura do contrato, atraso na entrega dos produtos, ainda que seja parcial ao solicitado, limitado a 30% (trinta por cento).
- d) Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos – inciso III, quando cometido as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

2 - A sanção de que trata a alínea “b” e “c”, não poderá ser aplicada sem que seja garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14133/2021.

3 - As sanções das alíneas “d” e “e” não poderá ser aplicada sem que seja aberto processo de responsabilização, garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14133/2021.

4 - A aplicação das sanções deverá ser precedida de análise jurídica e somente pelo Prefeito Municipal, conforme § 6º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14133/2021.

5 - A sequência do rol previsto nas alíneas do subitem 1, não é obrigatório, podendo ser aplicada a sanção mais severa em conformidade com a falha cometida pelo CONTRATADO.

6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

\* Detentora da Ata, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

### **CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

a) Decorrido o prazo de validade da proposta, os preços poderão ser revistos mediante requerimento formal da licitante contratada, que deverá atender as seguintes disposições:

a.1. Protocolo do requerimento, dirigido ao Prefeito Municipal, acompanhado de todos os documentos que comprovem o aumento, com planilhas de custos, tabela, além de outros que possam complementar o pedido;

a.2. Validade do preço reajustado a contar da data efetiva de protocolo do pedido, entendida assim como a data em que protocolou-se o último documento comprobatório da alteração de preços.

b) A revisão do preço poderá ser efetivada por iniciativa da Administração Municipal ou do detentor do registro, uma vez comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro.

c) Em qualquer caso, a revisão aplicada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

d) Os preços registrados deverão ser revistos trimestralmente mediante a atualização da tabela e análise de mercado, sendo publicados em órgão oficial do município.

e) Caso haja a extinção da tabela referência ou ainda que a mesma não mais exista ou ainda ocorrência de fato superveniente e devidamente comprovado de que a utilização da tabela tornou-se impossível ou insuficiente para a avaliação dos preços registrados, poderá ser adotado o preço apurado por meio de média aritmética entre os preços pesquisados dentre, no mínimo, três empresas do ramo, ou, caso não exista tal número, dentre as existentes.

f) Para o cumprimento da letra "e", o Depto. de Compras negociará diretamente com o detentor do registro, objetivando obter melhor preço sobre o preço "média aritmética", utilizando como parâmetro o percentual de desconto de mercado sobre a média.

### **CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito: Pela Administração, quando:

- a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 17 do edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

- h) no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação;  
Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:
- i) a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceite as razões do pedido.

### **CLÁUSULA X – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO**

Os Materiais ou serviços do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Miradouro.  
A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

### **CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Para dirimir qualquer questão oriunda da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o FORO DA COMARCA DE MIRADOURO, com exceção de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.  
E, por estarem assim, justos, combinados e contratados, em tudo quanto neste documento se contém, assinam-no em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.





## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

### ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2024

PROCESSO Nº \_\_\_\_/2024

VALIDADE: \_\_\_\_ (\_\_\_\_) MESES

Aos        dias do mês de        do ano de , a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO, entidade jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-Ministério da Fazenda sob o nº 17.947.581/0001-76, com sede à com sede no \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_ Carteira de Identidade \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta cidade de MIRADOURO -MG, e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, - , daqui por designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, lavra o presente Contrato, referente ao Pregão X191/2022, que objetiva, observados as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação supracitada, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se este contrato em documento vinculativo e obrigacional às partes, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÃO E CONTRATOS), Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 0968, de 19/12/2023. (regulamenta a aplicação da nova lei de licitação no âmbito municipal).

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação        de        empresas        para        fornecimento        de  
\_\_\_\_\_.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA

Conforme edital e termo de referência

#### TERCEIRA - DO REPRESENTANTE E ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O CONTRATANTE indica o Sr(a). \_\_\_\_\_, cargo \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta cidade, como seu representante para acompanhamento, fiscalização e assinar a respectiva nota, que servirá de confrontante, legal dos serviços. Cabendo a CONTRATADA facilitar em todas as fases, o desempenho desta função e fornecer qualquer esclarecimento que lhe for solicitado.

Parágrafo único - Qualquer impedimento ao andamento na entrega do objeto deverá ser comunicado no mesmo dia, por escrito, ao CONTRATANTE.



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Compete a CONTRATANTE:

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

Pagar a importância correspondente ao fornecimento, no prazo contratado.

Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, através de um servidor especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo. Conforme art. 125 da Lei Federal 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada obriga-se a:

Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e locais indicados conforme a Autorização de Fornecimento, em estrita observância das especificações do produto (item) trazidas no Termo de referência e edital, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, cumprindo desta forma, o objeto do certame de acordo com a qualidade exigida.

Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria de Educação e a Secretaria de Desenvolvimento Social, inerentes ao objeto da presente licitação; sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte de servidor autorizado por este órgão, encarregado de acompanhar o execução do objeto da licitação, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

Comunicar à Secretaria de Educação e a Secretaria de Desenvolvimento Social, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante todo o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da Ata do SRP.



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

O licitante deverá apresentar juntamente com a nota fiscal, a certidão de regularidade com o FGTS, Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União, Certidão Negativa Trabalhista, CND municipal e CND estadual.

O eventual fornecimento ocorrerá após a celebração da ata de RP e conforme “Autorização de Fornecimento” a ser emitido pelo Depto. de Compras, conforme cronograma do órgão requisitante.

### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência de ( ) meses com início em ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., nos termos da Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma do art. 107.

A Prefeitura Municipal de Miradouro, através da secretaria requisitante poderá em qualquer momento solicitar o cancelamento do contrato, em caso do fornecimento não atender às condições mínimas de qualidade para o fim a que se destina, causando prejuízos e transtornos à Prefeitura Municipal de Miradouro.

Parágrafo primeiro - A paralisação das atividades, por iniciativa da CONTRATADA, implicará na rescisão, de pleno direito deste contrato, caso em que o CONTRATANTE se obriga tão somente a pagar pelos fornecimentos, porventura fornecido até o momento da rescisão do presente instrumento.

Parágrafo segundo - Se ocorrer motivo de força maior ou comprovado caso fortuito, que determine a suspensão do cronograma de fornecimento, o presente contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, de pleno direito, sem qualquer ônus.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

\*\*\*\*\*

### CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR DO CONTRATO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor abaixo discriminado, pela prestação de serviços/fornecimento, inclusive todas as despesas que venham ocorrer, necessárias ao cumprimento integral do objeto contratado.

(ANEXAR QUADRO DE SERVIÇOS, COM VALORES ADJUDICADOS) \*

VALOR GLOBAL DO CONTRATO POR EXTENSO: ( ).



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

### **CLÁUSULA NONA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento é em até 30 (trinta) dias, atestado o cumprimento do objeto licitado e apresentação da fatura, de acordo com o presente certame e legislação vigente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, através de ordem bancária, contra qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura, será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se os objetos forem entregues em desacordo com as especificações constantes na proposta.

PARÁGRAFO QUINTO - Os preços propostos poderão ser objeto de repactuação entre as partes, com base na adequação aos novos preços de mercado, devendo a contratada justificar e comprovar os reajustes praticados com notas fiscais e planilhas, respeitadas as disposições legais vigentes.

Deverá ser montado processo administrativo, protocolado na Prefeitura Municipal.

PARÁGRAFO SEXTO - A cada pagamento efetuado pela Prefeitura Municipal de MIRADOURO -MG, a adjudicatária deverá comprovar sua regularidade fiscal com o Sistema de Seguridade Social – INSS e FGTS. Tal comprovação será objeto de confirmação "ON-LINE", sendo suspenso o pagamento caso esteja irregular no referido sistema.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, designado pela Prefeitura Municipal de MIRADOURO, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

Este Contrato somente sofrerá alterações ante circunstâncias de fatos supervenientes, consoante disposições do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores, por meio de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente e publicado no Diário Oficial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

1 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no artigo 156 da Lei Federal nº 14133/2021, qual seja:

- a) Advertência – inciso I, quando dar causa a inexecução parcial do contrato;
- b) Multa de até 10% sobre o valor total do contrato ou ata, quando descumprido qualquer cláusula do edital, da ata ou contrato, que não a entrega do objeto - inciso II;
- c) Multa de até 0,5% ( meio por cento) ao dia, do valor do contrato, caso haja atraso na assinatura do contrato, atraso na entrega dos produtos, ainda que seja parcial ao solicitado, limitado a 30% (trinta por cento).
- d) Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos – inciso III, quando cometido as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

2 - A sanção de que trata a alínea “b” e “c”, não poderá ser aplicada sem que seja garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14133/2021.

3 - As sanções das alíneas “d” e “e” não poderá ser aplicada sem que seja aberto processo de responsabilização, garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14133/2021.

4 - A aplicação das sanções deverá ser precedida de análise jurídica e somente pelo Prefeito Municipal, conforme § 6º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14133/2021.

5 - A sequência do rol previsto nas alíneas do subitem 1, não é obrigatório, podendo ser aplicada a sanção mais severa em conformidade com a falha cometida pelo CONTRATADO.

6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Detentora da Ata, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua Extinção, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

Incumbirá à CONTRATANTE a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial, conforme

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



**MUNICÍPIO DE MIRADOURO**

**CNPJ nº 17.947.623/0001-79**

dispõe a legislação vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

Para dirimir qualquer questão oriunda do presente Contrato, fica eleito o FORO DA COMARCA DE Miradouro, com exceção de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justos, combinados e contratados, em tudo quanto neste documento se contém, assinam-no em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

### ANEXO IX

#### Documentos de Habilitação

- a) 1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- b) – Certidão Negativa de licitante inidôneo - (<https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/certidao-negativa-de-licitante-inidoneo> );
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido
- d) pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) ).
- e) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- f) Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- g) Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.
- h) Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados

#### DA HABILITAÇÃO

Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

##### Relativos à Habilitação Jurídica:

- i) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- j) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº. 16, de 2009, cuja





## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

k) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c1) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

l) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e )No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, para fins de comprovação de efetivar o benefício da Lei 123/2006.

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

g) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, § 4º do Decreto nº. 7.775, de 2012;

h) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº. 971, de 2009 (arts. 17 a19 e 165);

i) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

### **Relativos à Qualificação Técnica:**

a) Atestado de capacidade técnica emitido por órgãos públicos ou privados de ter o licitante realizado/prestado o fornecimento/serviços estabelecidos no objeto do edital convocatório. (Para todos os itens)

### **Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

### **Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **90 (noventa) dias** contados da data da sua apresentação;

### **Documentos Complementares:**

---

- a) DECLARAÇÃO UNIFICADA, conforme o modelo do Anexo II.

A comprovação dos requisitos de habilitação será exigida do licitante de acordo com o vulto e a complexidade de cada item.

Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

No caso de inabilitação, o(a) Pregoeira(a) retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

Para fins de habilitação, o(a) Pregoeira(a) poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**Praça Santa Rita nº 192 – Centro – Miradouro – Minas Gerais**

**TEL. (032) 3753-1160 - CEP 36893-000**



## MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ nº 17.947.623/0001-79

Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeira(a) suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

No julgamento da habilitação, o(a) Pregoeira(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

Ao preço do licitante declarado vencedor poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observado o disposto no Decreto nº 11.462, de 2023.

Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todas os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento.

B) DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO E EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA INFANTIL E ADOLESCENTE - ANEXO IX

**9.2** - A empresa deverá observar os critérios estabelecidos no Termo de Referência para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços.



**MUNICÍPIO DE MIRADOURO**

**CNPJ nº 17.947.623/0001-79**

**ANEXO X**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO E EXPLORAÇÃO DE MÃODE  
OBRA INFANTIL E ADOLESCENTE**

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal Senhor \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Miradouro - MG ao EDITAL DE CADASTRAMENTO Nº xx/xxxx, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, **DECLARO** que esta instituição não pratica ou aceita a exploração de trabalho escravo ou degradante, a exploração sexual de menores e a exploração de mão de obra infantil e adolescente.

Miradouro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura Representante Legal



**MUNICÍPIO DE MIRADOURO**  
**CNPJ nº 17.947.623/0001-79**